

Programa Piloto Para a Resiliência Climática

Projecto de Assistência Técnica das Mudanças Climáticas

CGC

Centro de Gestão de Conhecimento

Setembro de 2015

O CONTEXTO

O perfil geográfico, hidrográfico e climatológico de Moçambique, torna o país particularmente vulnerável aos impactos dos fenómenos relacionados com o clima, nomeadamente, ciclones tropicais, cheias, secas, temperaturas e precipitações extremas entre outros. Actualmente, são cada vez mais evidentes as perdas associadas a estes eventos, bem como, os impactos negativos e significativos sobre o tecido social e a economia nacional. Além disso, a magnitude e frequência destes eventos tende a aumentar face às mudanças climáticas, sustentando deste modo, níveis de vulnerabilidade cada vez maiores, particularmente para as comunidades locais.

Nas próximas décadas, a vulnerabilidade de Moçambique aos riscos climáticos poderá aumentar significativamente devido a mudança do clima. Por exemplo, em 2015, o país foi assolado por fortes chuvas e inundações nas regiões centro e norte, e pelo menos 35.000 casas foram destruídas parcialmente ou completamente. Prioridades de recuperação e reconstrução foram estimadas em US\$ 423 milhões. O impacto no sector agrícola tem levado a perdas de pelo menos 103.807 hectares de terra, afectando aproximadamente 112.123 famílias. Além disso, registou-se um surto de cólera nas províncias de Tete, Nampula, Zambézia, Sofala, Niassa e Cabo Delgado, com um acumulado de 8.351 casos e 64 mortes desde 25 de dezembro de 2014. (Relatório da situação de Moçambique da UNRCO 6 de Abril de 2015).

O PROGRAMA PILOTO PARA A RESILIÊNCIA CLIMÁTICA

O programa Piloto para a Resiliência Climática (PPCR), financiado pelo Fundo Estratégico do Clima (SCF) do Fundo de Investimento do Clima (CIF), destina-se a pilotar e demonstrar maneiras de integrar o risco e resiliência climática no processo de planificação e políticas de desenvolvimento de núcleo dos países em desenvolvimento. Programas PPCR são liderados pelo país e permitem aos países piloto a abordar riscos

Figura 1: Os Três Pilares do SPCR



climáticos e vulnerabilidades em seus planos específicos e programas de investimento, construção de estratégias e estudos relevantes.

O PPCR é conhecido como o Programa Estratégico para Resiliência Climática (SPCR) a nível nacional. Ele gera conhecimento, aprendizagem e lições que informam o futuro incremento das intervenções PPCR em todo o país e construir a resiliência da economia nacional, bem como todos os sectores e comunidades aos riscos impostos pelo agravamento da variabilidade climática.

ÂMBITO DO PPCR EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, investimentos piloto do PPCR são complementados por reformas de políticas e institucionais para criar uma capacidade nacional de poder coordenar e monitorar as actividades das mudanças climáticas em todo o país. Por outro lado, incentivar políticas sectoriais e tornar-se climaticamente inteligente e sensível e permitir a redução progressiva das vulnerabilidades do sector aos riscos das mudanças climáticas.

Um montante inicial de US\$ 1,5 milhões foi fornecido para o desenho da primeira fase do SPCR. Mais US\$ 91 milhões combinados em subvenção e financiamento de empréstimos concessionais foram disponibilizados para a implementação, com o apoio do Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Cooperação Internacional de Finanças (IFC). O Banco Mundial e o Fundo Nórdico de Desenvolvimento também estão fornecendo US\$ 25 milhões para os projectos piloto de PPCR em Moçambique.

Recursos do Banco Mundial e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), de

US\$ 150 milhões estão também a ser utilizados para apoiar as reformas de política e institucionais do PPCR.

O PROJECTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O Projecto de Assistência Técnica às Mudanças Climáticas (CCTAP) visa capacitar todos os três pilares do SPCR (ver Figura 1), e também apoia a preparação da Operação do Desenvolvimento de Políticas sobre Mudanças Climáticas (DPO) que, por sua vez, apoiará as políticas e reformas institucionais incluídos no pilar I do SPCR.

O CCTAP destina-se, portanto, a fortalecer a capacidade institucional e técnica do Governo de Moçambique para integrar a resiliência de mudanças climáticas em sectores chave da economia e usar resultados baseados em evidências para a futura política de desenvolvimento e planeamento. O projecto coloca forte ênfase de habilitar o governo a lidar com a carteira de investimentos de mudanças climáticas cada vez mais complexa e entregar as políticas e reformas institucionais necessárias em tempo hábil.

As actividades do projecto CCTAP estão voltados especificamente para as instituições governamentais envolvidas na reforma institucional e políticas de mudanças climáticas. No entanto, as comunidades locais são os beneficiários finais do projecto, como seus meios de subsistência deverão tornar-se mais resilientes ao choques relacionados com tempo e às alterações climáticas, como resultado de um programa climático bem implementado sob a protecção do SPCR. O projecto CCTAP tem três componentes (Figura 2).

Figura 2

Componente 1: Reforma de política e institucional

- Esboçar estratégia de mudanças climáticas
- Preparação da Operação do Desenvolvimento de Políticas sobre mudanças climáticas
- Apoio a reformas de políticas e institucionais a nível sectorial

Componente 2: Gestão de Conhecimento e construção de evidências

- Elaboração e implementação do apoio para o sistema de gestão de conhecimentos do SPCR
- Elaborar estudos para abordar as lacunas em conhecimento sobre a vulnerabilidade de mudanças climáticas em vários sectores, incluindo recursos naturais, saúde e cidades costeiras
- Dar a capacitação necessária para acima

Componente 3: Coordenação e gestão do SPCR

- Criação de uma Unidade de Mudanças Climáticas (UMC) no secretariado do CONDES
- Recrutar uma equipe composta por coordenador nacional sobre mudanças climáticas, oficial de monitoria e avaliação, oficial de gestão financeira, e um oficial de procurement na UMC

As sete reformas políticas aprovadas com DPO 1 são:

Estratégia nacional de adaptação e mitigação às mudanças climáticas:

Aprovado pelo Conselho de Ministros em Novembro de 2012. Esta é a primeira estratégia em Moçambique e estabelece um programa de prioridades sobre acções climáticas nos sectores do governo.

Gestão do risco de desastres:

O Conselho de Ministros apresentou e aprovou um projecto para aprovação ao Parlamento em Junho de 2014 para estabelecer juridicamente vinculativos os papéis institucionais e responsabilidades para a redução do risco de desastre, preparação e gestão pós desastres.

Sistemas de aviso prévio:

O Conselho de Ministros aprovou em Novembro de 2014, o plano estratégico de cinco anos do Instituto Nacional de Meteorologia (INAM), que define os objectivos claros de desenvolvimento para colocar a previsão do tempo em uma trajectória de financiamento sustentável através da introdução de linhas de negócios e medidas de recuperação de custos.

Agricultura: O Conselho de Ministros aprovou o plano de investimento da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Agrícola (PEDSA), em Outubro de 2014 que inclui um programa específico e fornecimento de orçamento para expandir a agricultura de conservação a alterações climáticas e a absorção de culturas resilientes ao clima. Esta reforma é específica para pequenos agricultores, muitos dos quais são dependentes da agricultura de sequeiro que é extremamente vulnerável às mudanças nos padrões de precipitação. O Programa de Acção para Agricultura Inteligente ao Clima também foi aprovado em Outubro de 2014.

Protecção social: O Conselho de Ministros aprovou o Programa Nacional de Acção Social Produtiva (PASP), incorporando os riscos de mudanças climáticas e medidas de adaptação. Apoio

a longo prazo para desenvolvimento de programas de protecção social vai ajudar a construir a resiliência climática para o novo projecto de Protecção Social do Banco Mundial – aprovado em Março de 2013.

Acesso à energia renovável: Em Outubro de 2014, aprovação ministerial de um processo que vai entregar o primeiro acordo de compra de energia renovável eólica em Moçambique. Isto irá contribuir com a expansão e diversificação da oferta de fonte de energia à rede nacional. Assistência técnica para este programa de três anos de reformas vai incluir a introdução de uma tarifa de alimentação para incentivar o investimento do sector privado no fornecimento de energia renovável na rede.

Quadro de monitoria e avaliação das mudanças climáticas: Aprovação em Outubro de 2014, de um quadro M&A que orienta o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) a preparar e entregar relatórios anuais sobre estratégias de mudanças climáticas no Conselho de Ministros. O quadro é projectado para apoiar os requisitos nacionais e internacionais de informação, e melhorar o acesso e a

responsabilidade no uso das Finanças climáticas domésticas e internacionais e, a longo prazo, para melhorar a formulação de futuras políticas e programas através da aprendizagem das implementações anteriores.

UNIDADE DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (UMC)

O MITADER está implementar o projecto CCTAP através da Unidade de Mudanças Climáticas (UMC) - baseado no Secretariado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES). Além de implementar as actividades do CCTAP, a UMC é responsável pela coordenação geral da ENAMMC, SPCR, trabalho analítico adicional e capacitação de actividades relacionadas com coordenação, acompanhamento e avaliação de mudanças climáticas. A UMC também está a apoiar a política e as reformas institucionais sob a Operação de Desenvolvimento de Políticas (DPO) sobre mudanças climáticas e está a trabalhar de perto com o Centro de Gestão de Conhecimento na Academia de Ciências de Moçambique sobre as actividades de gestão do conhecimento.

O **Centro de Gestão de Conhecimento (KMC)** está localizado na Academia de Ciências de Moçambique e a **Unidade de Mudança Climática (UMC)** está baseada no **Secretariado do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES)**. A gestão do conhecimento e actividades de assistência técnica do CGC são apoiadas pelo PPCR, UKAid, o Fundo Nórdico de Desenvolvimento (NDF) e pelo Projecto de Assistência Técnica para as Mudanças Climáticas do Banco Mundial (CCTAP).

Esta folha de informações foi produzida pela CGC como parte do seu programa de gestão do conhecimento.

Mais informações e contactos:

Celestino Salência – Coordenador da UMC, Unidade das Mudanças Climáticas (UMC), CONDES, Rua Faustino Vanombe, número 81

Email: info@cgcmc.gov.mz

Website: www.cgcmc.gov.mz



ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE MOÇAMBIQUE

CENTRO DE GESTÃO DE CONHECIMENTO



C O N D E S
UNIDADE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS